

EDUCAÇÃO HISTÓRICA — DIÁLOGOS COM DIVERSOS MEIOS E AGENTES EDUCATIVOS

MARÍLIA GAGO*

MARIANA LAGARTO**

Resumo: *O percurso sustentado da Educação Histórica em Portugal nas últimas três décadas pautou-se pelo diálogo estabelecido entre os diversos meios e agentes educativos. Isabel Barca fundou esta «escola» na Universidade do Minho que passou a ser um centro de investigação, nesta área de saber, articulando a teoria e as práticas educativas. Para tal, a Associação de Professores de História revela-se um parceiro fundamental que permitiu a disseminação das propostas quer de investigação quer de práticas educativas em diferentes contextos. Assim, para além do fomento da investigação ao nível do Mestrado, Doutoramento e Projetos de Investigação, existia a possibilidade de contribuir para a formação contínua de professores de História.*

Palavras-chave: *Educação Histórica; Investigação em Educação Histórica; Formação de Professores; Associação de Professores de História.*

Abstract: *The sustained path of History Education in Portugal in the last three decades has been guided by the dialogue established between the various educational media and agents. Isabel Barca founded this «school» at the University of Minho, which became a research center in this area of knowledge, articulating theory and practices. To this end, the Portuguese Association of History Teachers (APH) proves to be a fundamental partner that allowed the dissemination of proposals, both for research and educational practices in different contexts. Thus, in addition to fostering research at the level of the Master's, PhD and Research Projects, there was the possibility of contributing to the continuous teacher education of History teachers.*

Keywords: *History Education; History Education Research; Teacher Education; Association of History Teachers.*

INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO HISTÓRICA EM PORTUGAL — TEORIA E PRÁTICAS

A Educação Histórica desde meados da década de 1990 e início do século XXI revelou-se uma área que causou, no início, estranheza, mas depois com a sua aposta na inter-relação da teoria e práticas de Ensino de História, situando-se a investigação na sua interface, começou a entranhar-se. Assim, este novo campo que surgia em Portugal propunha que através das propostas da aprendizagem situada, do saber histórico e da sua epistemologia (conceitos substantivos e meta-históricos), bem como dos procedimentos metodológicos da pesquisa social, explorasse as conceções e práticas dos diversos agentes educativos. Deste modo, já no âmbito da disciplina da Metodologia do ensino da História e Ciências Sociais, da licenciatura em História e Ciências Sociais (ensino de),

* Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e Universidade do Minho.

** Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM).

em que algumas experiências de sala de aula partilhavam estes princípios, foi no âmbito do Mestrado Académico em Educação, Supervisão Pedagógica e Metodologia do Ensino da História (1999-2012) coordenado pela Professora Doutora Isabel Barca que, de forma mais sistemática, se desenvolveram estudos em Portugal focalizados na articulação da História, da Epistemologia da História e da Cognição Situada. A primeira edição deste Mestrado Académico situa-se no ano letivo de 1999/2000, contando com 8 mestrandos (Abílio Barreira, Adriano Fernandes, Flávio Ribeiro, Maria dos Anjos Morais, Maria Isabel Cruz, Marília Quintal Gago, Olga Gracinda Moreira, Roque Costa Gonçalves), que desenvolveram estudos diversos — desde questões associadas à supervisão, passando pelas ideias dos estudantes relacionadas com evidência, a multiperspetividade narrativa e diversos recursos e fontes (internet, televisão, objetos arqueológicos, museologia...), bem como preocupações relacionadas com a cidadania e identidade. A primeira dissertação deste mestrado intitula-se *Concepções dos alunos acerca da variância da narrativa histórica — um estudo com alunos dos anos iniciais do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico*¹. Com este Mestrado surgiram as Jornadas Internacionais de Educação Histórica — um dos frutos destes passos iniciais de articulação da teoria com a prática².

A partir desta altura, foi dada continuidade aos estudos no âmbito do referido Mestrado, mas concomitantemente foram desenvolvidos vários estudos de investigação mais aprofundados ao nível do ciclo de estudos de Doutoramento, com a orientação da Professora Doutora Isabel Barca, bem como estudos de investigação no âmbito de dois projetos de investigação em Consciência Histórica: Teoria e Práticas I e II (Hicon I e Hicon II), financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, entre 2002-2011, POCTI/CED/49106/2002 e PTDC/CED/72623/2006, respetivamente. Como produtos destes projetos de investigação, destacam-se 3 teses de Doutoramento e 4 dissertações de Mestrado, no âmbito do Projeto Hicon I, e 1 Pós-Doutoramento em Educação Histórica, 2 teses de Doutoramento, 2 dissertações de Mestrado e uma bolsa de Mestrado.

O primeiro estudo de doutoramento no âmbito das Ciências da Educação orientado pela Professora Doutora Isabel Barca foi o de Olga Magalhães, em 2001, na Universidade de Évora. Este estudo, de foro quantitativo, debruçava-se sobre as concepções de professores sobre História e ensino da História, pretendendo perceber a forma como os professores de História concebem a disciplina que lecionam e, por outro, destringir eventuais implicações dessas concepções no modo como entendem o ensino da sua disciplina e, portanto, as suas práticas docentes³.

Sediados na Universidade do Minho, foram desenvolvidos oito estudos de doutoramento entre 2006 e 2017. Estes estudos são diversos em termos de objetivos e objetos de estudo, contando com estudos acerca de concepções de estudantes e professores, bem

¹ GAGO, 2001.

² Ver Solé, nesta publicação.

³ MAGALHÃES, 2002.

como de currículo, manuais escolares e avaliação em articulação como uma vasta panóplia de conceitos da ciência histórica e da consciência histórica.

O estudo qualitativo, descritivo de Castro⁴ focalizou-se no conceito de interculturalidade, imbricado nos conceitos de significância e empatia histórica, especialmente, em relação às ideias de jovens portugueses do ensino secundário. A maioria destes jovens revelou ideias em torno do conceito de diferença que nos sugerem um pensamento histórico menos sofisticado e mais restrito; mas, outros jovens apresentaram um pensamento histórico mais sofisticado lidando com ideias de diversidade, relação e universalidade numa perspetiva intercultural.

Partilhando a preocupação de compreender como futuros professores de História e professores de História Portugueses concebiam a narrativa histórica na sala de aula, bem como as suas conceções expressavam a sua consciência histórica, Gago⁵ desenvolveu um estudo qualitativo seguindo a *Grounded Theory*. Este estudo contou com a participação, no seu estudo final, de 67 futuros professores e professores de História, selecionados de forma propositada para promover a diversidade em termos de formação inicial, tempo de experiência profissional, local de lecionação (privado ou público) e região de Portugal. A entrevista semiestruturada permitiu fazer emergir os perfis de ideias de narrativa e consciência histórica dos participantes e concluir-se que prevalece um perfil de ideias em linha com uma consciência histórica de tipo exemplar.

Simão deslocou a sua atenção investigativa para os alunos e assim desenvolveu o seu estudo relativamente ao modo como os alunos constroem evidência histórica⁶. O estudo desenvolvido de natureza descritiva e com uma abordagem predominantemente qualitativa contou com alunos do 8.º ano e 11.º anos de escolaridade. Os resultados encontrados mostram a diversidade e oscilação de ideias sobre evidência em alunos de 3.º ciclo e ensino secundário e permitem adiantar sugestões para a utilização de fontes diversas em sala de aula de uma forma problematizadora.

Conjugando ideias de alunos e professores, Pinto⁷ propôs compreender de que forma alunos e professores de História interpretam a evidência de um sítio histórico. O estudo, essencialmente qualitativo, fundado na *Grounded Theory*, contou no estudo principal com a participação de 87 alunos do 7.º e 10.º anos de escolaridade e com 6 professores de História das 7 turmas participantes. Os instrumentos consistiram num «guião-questionário» para os alunos e dois breves questionários para os professores, seguidos de entrevistas de seguimento. Constatou-se que os alunos inferiam evidência a partir de detalhes concretos e demonstraram ideias em linha com um passado fixo.

⁴ CASTRO, 2006.

⁵ GAGO, 2007; GAGO, 2018.

⁶ SIMÃO, 2007.

⁷ PINTO, 2011; PINTO, 2016.

Os professores concebiam o uso de fontes patrimoniais para a divulgação do património, a consolidação de conhecimento e a construção de um sentido identidade local.

Com um enfoque na avaliação em História e na competência dos alunos de 12.º ano de escolaridade ao nível da evidência histórica, Veríssimo⁸, através de um estudo de natureza qualitativa e descritiva, procurou perceber, através de entrevistas e questionários, as ideias dos alunos de 12.º ano de escolaridade acerca de evidência histórica e como estas se podem refletir nos resultados dos exames de História A do 12.º ano de escolaridade. Da análise de dados conclui-se que os alunos demonstram debilidades, utilizando as fontes apenas para citar informação, que são verificadas nos resultados obtidos pelos alunos nos exames que parecem estar relacionadas com a forma como a História é ensinada.

Pensando no papel do manual de História no desenvolvimento de competências, Afonso⁹ desenvolveu um estudo com professores e alunos do ensino secundário. O estudo realizado contou, no seu estudo final, com 117 participantes: 5 professores a lecionar a disciplina de História A em escolas do norte, centro e centro/sul do país, e os respetivos alunos. A entrevista semiestruturada e os materiais históricos propostos no manual adotado e no caderno de atividades foram os instrumentos usados para a recolha de dados. Concluiu-se que o manual de História A é um instrumento didático-pedagógico privilegiado quer pelos alunos quer pelos professores, embora não seja o recurso exclusivo. Os alunos interpretam as fontes de forma genérica, mas existem já alguns alunos que demonstram interpretar as fontes de forma inferencial, apresentando uma síntese pessoal e fundamentada.

Num contexto diferente do português, Ngungui¹⁰ desenvolveu um estudo que pretendia perceber como os alunos em contexto angolano constroem as suas ideias em História e que tipos de conceções históricas e educativas manifestam os professores, numa experiência de aula oficina com carácter construtivista. Este estudo, em linha com os anteriores, alicerçou-se numa metodologia qualitativa ancorada na *Grounded Theory*, contando com 74 alunos da 10.ª e 11.ª classes, e 4 professores, em duas escolas de Benguela. Para a recolha de dados usaram-se questionários e entrevistas, bem como guião de observação de aulas. Os resultados globais apontam para as potencialidades positivas da implementação da aula oficina no contexto educativo angolano contanto que se atendam às especificidades dessa realidade.

Fundado em preocupações acerca da avaliação em História, Lagarto¹¹ desenvolveu um estudo que pretendia compreender como professores do 3.º ciclo do ensino básico desenvolviam e avaliavam competências em História. O estudo empírico, de foro

⁸ VERÍSSIMO, 2012.

⁹ AFONSO, 2014.

¹⁰ NGUNGUI, 2017.

¹¹ LAGARTO, 2017.

qualitativo e seguindo as propostas da *Grounded Theory*, contou nas suas diferentes fases com 6 professores e 174 alunos. Para a recolha de dados procedeu-se à observação de aulas, bem como à utilização de entrevistas e questionários aplicados a professores e tarefas aos alunos. Os dados analisados permitem concluir que as tarefas que suscitam maiores desafios cognitivos de utilização de fontes e conceptualização da mudança podem ajudar os alunos a construir ideias mais sofisticadas.

A Educação Histórica em Portugal, ao longo dos primeiros anos do século XXI, reforçou o seu campo de saber com os diversos estudos de investigação realizados quer no âmbito de projetos de investigação financiados, quer em estudos de Mestrado e Doutoramento, quer na sua articulação com a formação contínua de professores e a Associação de Professores de História. Este percurso sustentado tem sido reconhecido cientificamente ao nível nacional e internacional, e várias são as parcerias de investigação e formação que se têm estreitado, destacando-se este diálogo com o Brasil, o Reino Unido, a Espanha e a Colômbia.

A ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

A Associação de Professores de História (APH), fundada em 1981, como associação científico-pedagógica de professores de História de todos os ciclos e graus de ensino, tem como objetivos promover a formação contínua nas vertentes científica e pedagógico-didática, contribuir para a abertura de novos campos de experiência e inovação no ensino da História, desenvolver projetos de investigação que articulem a teoria e prática no âmbito da Educação Histórica, incentivar o questionamento e a articulação educativa com o Património, participar de forma interventiva no debate sobre Educação, através do contributo da História, proporcionar contactos e trocas de experiências entre professores e outros agentes ligados ao ensino da História e estabelecer uma rede de relações com outras associações e entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino da História¹². Por isso, não é de estranhar o envolvimento da APH na divulgação da Educação Histórica, linha de investigação conduzida pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho, sobretudo na primeira década de 2000, aquando da implementação do Currículo Nacional do Ensino Básico de 2001¹³, tanto através de formação contínua, como através de artigos nas suas publicações, especialmente na revista «O Ensino da História».

Logo em 1999, Isabel Barca coordenou e supervisionou cientificamente um projeto de investigação, desenvolvido na APH, sobre «Conceções de professores sobre o ensino da História», com o intuito de conhecer melhor as apropriações que os professores faziam das novas propostas para criar um plano de formação consonante com as suas necessidades e a intencionalidade teórica dos programas/currículos. Este projeto tocava

¹² <<https://aph.pt/quem-somos/objetivos-e-historia/>>.

¹³ A reestruturação para o 3.º ciclo estava em experimentação nas escolas desde 1998 e o no secundário iniciar-se-ia em 2001; PORTUGAL. Ministério da Educação. DEB, 2001.

de perto com a investigação de Olga Magalhães para o seu projeto de doutoramento focado na exploração das conceções de História dos professores.

O envolvimento da APH na Educação Histórica foi ainda potenciado pelo papel de Isabel Barca como membro do conselho consultivo e da mesa da Assembleia Geral desde os finais da década de 1990 e, posteriormente, como Presidente da mesma Associação em 2001-2003. Esse envolvimento manteve-se durante a Presidência de Helena Veríssimo (2003-2009), ampliando-se a divulgação de experiências de aprendizagem para o desenvolvimento das competências correlacionadas com a Educação Histórica, através da formação contínua de professores ou da dinamização de encontros e/ou jornadas desenvolvidos nas escolas, de norte a sul, como resposta às solicitações dos professores sobre a Reorganização Curricular do Ensino Básico e sobre os novos Programas de História do Ensino Secundário.

A Educação Histórica foi também divulgada nos congressos anuais da APH, que se constituíam como oportunidade de formação contínua para os professores de História. Vários especialistas nacionais e internacionais (Peter Lee, Lis Cercadillo, Olga Magalhães, Marília Gago, Helena Pinto e Helena Veríssimo, entre outros) aí proferiram palestras e conferências ou desenvolveram *workshops*, tendo alguns Congressos sido dedicados ao debate específico das propostas da Educação Histórica, numa perspetiva de interligação da teoria à prática docente a esta temática: «A Educação Histórica em debate» 2000, Lisboa e Porto; «A História é importante!» 2007, Coimbra; «História, que futuro?» 2009, Lisboa.

O programa específico da formação contínua desenvolveu-se, ao longo da primeira década do século XXI, sobretudo na modalidade de oficina, com o intuito de generalizar a metodologia da aula oficina e as estratégias de exploração das ideias prévias dos alunos e de formação de opinião na sala de História. Essas oficinas abarcaram temas como as competências essenciais em História, a dinâmica da aula oficina, a utilidade do saber histórico, a consciência histórica e as Metas de Aprendizagem (já em 2011), sendo da responsabilidade de Olga Magalhães, Marília Gago, Helena Veríssimo, Helena Pinto, Paula Marinho Sousa, Paula Dias e, mais recentemente, a partir de 2017/18, Mariana Lagarto. Neste tipo de formação, bastante frequentada durante alguns anos, esteve também envolvida, como não podia deixar de ser, Isabel Barca.

A revista «O Ensino da História» contribuiu também para a divulgação da Educação Histórica.

Logo em 1999, Isabel Barca é entrevistada sobre os fundamentos teóricos desta área do saber, destacando três vetores essenciais em Educação Histórica: «a construção progressiva de uma narrativa histórica aberta e problematizadora da vida; o contacto com fontes primárias e secundárias diversificadas; o exercício de uma atitude argumentativa

que permita treinar a fundamentação de posições com base em critérios racionais»¹⁴. Barca reflete ainda sobre a importância do objetivismo crítico e do construtivismo para a criação de estratégias propícias ao desenvolvimento da cognição histórica, como a aula oficina, e para a compreensão da forma como os alunos atribuem significados aos conceitos e ao conhecimento histórico.

No número duplo 19-20 é publicada a comunicação de Isabel Barca¹⁵ no congresso «A Educação Histórica em debate» de 2000, sobre o sentido da História e do conhecimento numa sociedade em constante mudança, e sujeita aos desafios da globalização, mostrando como a Educação Histórica pode ajudar os alunos a tratar a explosão de informação atual e contribuir para potenciar a educação para a cidadania.

No número duplo 21-22, Barca reflete sobre o documento das Competências Essenciais em História — o Currículo Nacional¹⁶. Inspirando-se nos estudos de Lee e Ashby e Shemilt, propôs que os princípios de aprendizagem incidissem sobre as ideias prévias dos alunos, a variância do nível de elaboração de ideias históricas (mesmo entre alunos da mesma idade) e a especificidade da natureza do conhecimento histórico, nomeadamente a sua provisoriidade. A competência de «compreensão histórica» devia ser equacionada nas dimensões de temporalidade e espacialidade e de contextualização.

No número duplo 23-24, dedicado à discussão do novo paradigma educacional proposto pela Reorganização Curricular do Ensino Básico, destaca-se o dossiê dedicado à «seleção de conteúdos» onde, a par de um artigo de José Machado Pais da DEB, encontramos as participações de Isabel Barca e de elementos da sua equipa de investigação histórica: Júlia Castro, Marília Gago e Ana Catarina Simão. Os artigos destas especialistas apresentam sólida fundamentação epistemológica na Educação Histórica para ancorar a seleção de conteúdos e as novas metodologias de ensino da História, reforçando a importância de uma formação contínua de qualidade para produzir aprendizagens significativas, tanto em alunos como nos professores. Castro¹⁷ apresenta uma experiência com alunos de 9.º ano para mostrar como os alunos entendem o que é importante em História, ou seja, sobre a significância histórica, desafiando os professores a criar tarefas que estimulem a compreensão crítica do passado, mas que permitam também pensar o presente e o futuro.

Na lógica de motivação dos professores para a mudança de paradigma e, sobretudo para a aceitação de que os alunos mais novos também pensam em História, Gago¹⁸ apresenta uma experiência com alunos de 5.º e 7.º anos de escolaridade em que estes comparam versões diferentes de uma narrativa histórica, mostrando que, com uma

¹⁴ BARCA, 1999: 6.

¹⁵ BARCA, 2001.

¹⁶ BARCA, 2002a.

¹⁷ CASTRO, 2002.

¹⁸ GAGO, 2002.

metodologia adequada, os alunos revelam um pensamento histórico sofisticado. Ainda no campo do trabalho de fontes com interpretações diversas, Simão¹⁹ chama a atenção dos professores para os cuidados a ter na seleção de recursos, nomeadamente em tarefas com alunos mais novos, para evitar que se redunde em situações de relativismo cético, que não contribuem para uma intervenção de qualidade dos jovens na sociedade. Finalmente, Barca²⁰ apela a uma abertura de espírito na seleção de conteúdos curriculares, que considere a sua significância para a sociedade e para os jovens, devendo-se ter em atenção princípios epistemológicos referentes a um conhecimento atualizado e critérios de consistência científica. Assim, a ideia de uma História assente num passado de progressão linear, de narrativa única (muitas vezes reduzido a listagem de factos) deve ser abandonada para dar lugar a uma História que valorize a diversidade de perspetivas e que, por isso, possa implicar o abandono de uns conceitos em favor de outros que facilitem a compreensão da informação crescente num mundo em mudança.

Nos números 27-28 e 29 Helena Veríssimo discute, no âmbito da Educação Histórica, a utilidade da História, as vantagens da aprendizagem ativa e da utilização de fontes históricas, nomeadamente nos exames nacionais (reportando-se ao modelo que entrou em vigor em 2005).

Na coleção de cadernos pedagógicos-didáticos da APH foram ainda publicadas experiências de aprendizagem com alunos de 6.º e de 9.º anos de escolaridade relativas ao projeto de investigação «Formar opinião na aula de História», desenvolvido ao longo da década de 1990 e culminando em 2000, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Essas experiências implicavam o trabalho da multiperspetiva sobre um tema tão controverso como a guerra colonial.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Maria Isabel (2014) — *O papel do manual de História no desenvolvimento de competência: um estudo com professores e alunos do ensino secundário*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/34606>>.
- BARCA, Isabel (1999) — *Entrevista com Isabel Barca (conduzida por Luís Santos e M.ª Amélia Agra)*. «O Ensino da História», n.º 15. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 5-11.
- ____ (2001) — *A Educação Histórica na sociedade de Informação*. «O Ensino da História», vol. 21/22. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 35-42.
- ____ (2002a) — *Competências e cognição em História*. «O Ensino da História», vol. 21/22. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 36-37.
- ____ (2002b) — *Conteúdos de História: Difícil é seleccioná-los!* «O Ensino da História», n.º 23/24. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 29-32.
- BARCA, Isabel; BASTOS, Maria Cristina; CARVALHO, Jorge Brandão (1998) — *Formar Opinião na Aula de História — Uma Experiência Pedagógica sobre a Guerra Colonial*. Lisboa: Associação dos Professores de História.

¹⁹ SIMÃO, 2002.

²⁰ BARCA, 2002.

- BARCA, Isabel; GAGO, Marília (2000) — *De pequenino se aprende a pensar: Formar opinião na aula de História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Associação de Professores de História. (Cadernos Pedagógico-Didácticos; 23).
- CASTRO, Júlia (2002) — *Na encruzilhada das Competências Específicas em História — as questões da significância histórica*. «O Ensino da História», n.º 23/24. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 17-21.
- (2006) — *A Interculturalidade e o Pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- GAGO, Marília (2001) — *Concepções dos alunos acerca da variância da narrativa histórica — um estudo com alunos dos anos iniciais do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.
- (2002) — *Os alunos de 5.º e 7.º anos são competentes perante diferentes versões do passado?* «O Ensino da História», n.º 23/24. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 21-24.
- (2007) — *Consciência histórica e narrativa na aula de História: concepções de Professores*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/6752>>.
- (2018) — *Consciência histórica e narrativa na aula de História: concepções de Professores*. Porto: CITCEM; Ed. Afrontamento.
- LAGARTO, Mariana (2017) — *Desenvolver e avaliar competências em História: um estudo com professores do 3.º ciclo do ensino básico*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/48700>>.
- MAGALHÃES, Olga (2002) — *Concepções de História e de Ensino de História. Um estudo no Alentejo*. 1.ª ed. Lisboa: Colibri; CIDEHUS. 1 vol.
- NGUNGUI, Angelina (2017) — *Construir conhecimento histórico em contexto angolano: um estudo em torno de uma experiência de “aula oficina”*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/45763>>.
- PORTUGAL, Ministério da Educação. DEB (2001) — *Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais*. Lisboa: DEB.
- PINTO, Helena (2011) — *Educação histórica e patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19745>>.
- (2016) — *Educação histórica e patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Porto: CITCEM.
- SIMÃO, Ana Catarina Gomes (2002) — *Que História ensinar?* «O Ensino da História», n.º 23/24. Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 24-28.
- (2007) — *A construção da evidência histórica: concepções de alunos do 3.º ciclo do ensino básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/7116>>.
- VERÍSSIMO, Maria Helena (2012) — *A Avaliação de Competências Históricas através da Interpretação da Evidência: um Estudo com Alunos do Ensino Secundário*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/28672>>.

